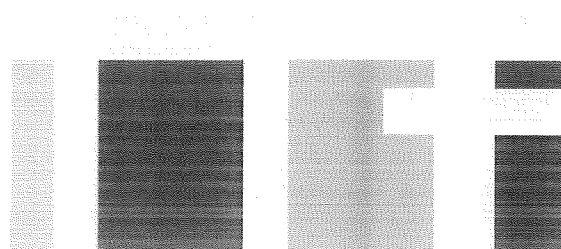


Relatório e contas 2022



MADEIRATECNOPOLO

pólo científico e tecnológico da madeira

I. ESTRUTURA DA EMPRESA - 3 -

I.1. CAPITAL SOCIAL - 3 -

I.2. ASSEMBLEIA-GERAL - 3 -

I.3. CONSELHO FISCAL - 3 -

I.4. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - 3 -

I.5. INFRA-ESTRUTURAS - 4 -

II. GESTÃO DO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA - 4 -

II.1. DINAMIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO - 4 -

II.2. PLANO SECTORIAL DO MADEIRA TECNÓPOLO - 5 -

III. ACÇÕES DESENVOLVIDAS - 6 -

III.1. ÁREAS CHAVE - 6 -

IV. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS - 8 -

I. ESTRUTURA DA EMPRESA

I.1. Capital Social

O Madeira Tecnopolo, S.A. – Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, é uma sociedade Anónima, constituída em 1997, com um capital social de 4.180.447,35 euros (quatro milhões, cento e oitenta e mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos) dividido em 837.765 acções de 4,99 euros, com a seguinte estrutura:

Accionistas	%
RAM – Região Autónoma da Madeira	95,22%
UMa – Universidade da Madeira	2,39%
AJEM – Associação de Jovens Empresários Madeirenses	2,39%

I.2. Assembleia-geral

Dra. Sara Mónica Fernandes Silva Relvas – Presidente
Dra. Mónica Luísa Freitas França – Vice-Presidente
Dra. Cleópatra Vanessa Brito dos Santos - Secretária

I.3. Conselho Fiscal

Dr. Élvio Manuel Vasconcelos Encarnação – Presidente
Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais em representação de Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda. - Fiscal

I.4. Conselho de Administração

Presidente – Dr. Luís Pedro Mota
Vice-Presidente Não-Executivo – Dr. Horácio Bento de Gouveia
Vice-Presidente Não-Executivo – Dr. Gilberto Tomás

I.5. Infra-estruturas

O Parque Científico e Tecnológico da Madeira, situado no concelho do Funchal e ocupando uma área de 46 hectares, permite a instalação de actividades associadas ao ensino, à investigação e ao desenvolvimento empresarial, bem como a realização de actividades de natureza cultural, comercial e desportiva.

De acordo com o modelo inicial adoptado, as infra-estruturas concessionadas são património da Região Autónoma da Madeira, cabendo ao Madeira Tecnopolo, SA a responsabilidade da gestão e exploração de todo o espaço afecto e consignado ao Plano Director do Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, através do contrato de concessão de exploração celebrado com a Região Autónoma da Madeira a 20 de junho de 2003.

Continuam a subsistir algumas divergências na definição das áreas afectas ao Madeira Tecnopolo, SA, estando o Conselho de Administração empenhado na sua clarificação junto da Direção Regional do Património (DRP), com vista a uma definição final das mesmas.

II. GESTÃO DO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA

II.1. Dinamização e exploração

A promoção e gestão do Parque Científico e Tecnológico da Madeira, a prestação dos serviços de apoio necessários à sua actividade, bem como o incremento do desenvolvimento económico, científico e tecnológico na RAM, foi atribuída à sociedade Madeira Tecnopolo, SA. – Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, adiante abreviadamente designada por Madeira Tecnopolo, SA. a gestão, coordenação, administração e exploração do Parque de Científico e Tecnológico da Madeira, ao abrigo do disposto nas Resoluções nº 3/98 de 8 Janeiro de 1998, 251/2001 de 8 de Março de 2001 e 1454/2002 de 22 de Novembro de 2002, esta última autorizando a concessão de exploração e manutenção e aprovando a minuta do respectivo contrato, entretanto celebrado no dia 20 de Junho de 2003.

Para a dinamização do Parque Científico e Tecnológico da Madeira, o Madeira Tecnopolo, SA. desenvolveu diversas actividades, nas quais se destacam a coordenação do Projecto Madeira Digital, a representação da Região Autónoma da Madeira no Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI), os projectos de demonstração e divulgação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a promoção da Inovação e do Desenvolvimento Sustentável, Congressos, Seminários, Exposições e Salões Temáticos, Programas avançados de Formação em parceria com a UMa e o CEIM (atualmente Startup Madeira), a gestão de edifícios e serviços comuns como a limpeza, a segurança, a rede e serviços informáticos e de telecomunicações, o apoio administrativo e de secretariado, entre outros.

Nos anos de 2013 e 2014, foram transferidas um conjunto das competências do Madeira Tecnopolo para a ARDITI, como forma de dar continuidade à captação e promoção de actividades de desenvolvimento de projectos científicos.

Por motivo da pandemia, os rendimentos relativos a feiras e congressos diminuíram face aos anos transactos.

Todavia, em 2022 recomeçaram os eventos no Pavilhão do CIFEC e nos auditórios ainda sem a cadência de anos anteriores.

II.2 Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo

Com a publicação da Resolução nº 74/2005, de 3 de fevereiro, foi deliberado proceder à elaboração de um Plano Sectorial, para que o Madeira Tecnopolo, SA. – Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, diligenciasse no sentido de transformar o Plano de Urbanização do Madeira Tecnopolo no pretendido Plano Sectorial. Foi, deste modo, iniciada a estruturação do Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo,

Nessa fase inicial de estruturação, os dados consolidados e actualizados existentes, permitiam a delimitação precisa da área a afectar ao referido Plano Sectorial, a qual, no entanto, não correspondia na íntegra à que estava definida, tanto no Plano Director Municipal do Funchal, como na delimitação da área a afectar ao Plano de Pormenor que a Câmara Municipal do Funchal estava a elaborar e cuja continuação, por se sobrepor em parte ao espaço objecto do presente Plano, deixou de ser justificável.

Foi, assim, possível libertar, com vantagem para a gestão autárquica e para os particulares envolvidos, algumas áreas que estavam bloqueadas, tanto por força da delimitação necessariamente geral do Plano Director Municipal, como da área mais abrangente que o Plano de Pormenor se propunha estudar.

O Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo ficou integrado na Zona de Investigação Científica e Tecnológica, tendo sido, entretanto, alterada a sua área de intervenção, relativamente ao Plano Director Municipal, por diversos imperativos e condicionantes do próprio Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo.

Preconiza o Plano Director Municipal do Funchal, que toda a área desta intervenção seja destinada a "equipamentos e serviços públicos e privados, vocacionados para a educação, formação e investigação científica para actividades empresariais inovadoras para a realização de feiras e exposições, bem como para actividades de lazer e colectiva". Os limites físicos do Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo são os que constam das peças anexas ao processo.

O Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo tem actualmente uma área de intervenção aproximada de 38,125 hectares.

III. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

III.1 Áreas Chave

Actividades desenvolvidas em 2022 e perspectivas futuras

Face à situação patente nos relatórios e contas dos últimos anos da sociedade, que traduzem de forma evidente as dificuldades financeiras vividas, reflexo da conjuntura macroeconómica nacional e regional, foram identificadas como prioritárias as seguintes áreas:

1 – Renegociação com entidades financiadoras com vista à redução dos encargos financeiros:

O contrato de reestruturação da dívida assinado entre o MT com o Banif tem a data de 04 de fevereiro de 2014, e foi assumido na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira em Novembro de 2016, mediante a assinatura de um contrato de mútuo, com um prazo de carência de um ano. Face às dificuldades financeiras ainda existentes, foi solicitado e aprovado pelo accionista Região Autónoma da Madeira, nova prorrogação do prazo de carência por 3 anos no final do ano 2020.

Importa relevar que esta dívida da sociedade Madeira Tecnopolo é na sua maioria referente à comparticipação regional dos projectos comunitários executados desde o início da actividade da sociedade em 1999 e que era sucessivamente objecto de contratos programa com a Região.

Com o PAEF, em 2012, todos esses contratos programa ficaram sem efeito e a dívida teve de ser assumida pela sociedade.

No final do ano 2022 foi aprovada a conversão do atual mútuo da RAM no valor de 12.214.447,56 euros (doze milhões, duzentos e catorze mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos) em prestações acessórias, operação necessária para garantir a viabilidade financeira da operação de fusão prevista com a entidade PatriRam.

2 – Renegociação com fornecedores dos planos de pagamento dos valores em dívida: Este item apresentou uma evolução positiva.

Quanto à regularização de dívidas existentes desde o ano 2014, e que foram objecto de renegociação e calendarização dos pagamentos, foi possível, no final do ano 2022 cumprir com todos os planos de regularização de dívidas, continuando a amortização das mesmas. O equilíbrio e a estabilidade financeira do Madeira Tecnopolo, SA, a sua consolidação no mercado com a aposta em novos projectos de desenvolvimento económico e tecnológico na Região foram afectados pela situação pandémica.

3 - Reestruturação do quadro de pessoal afecto às actividades desenvolvidas, aquisição de serviços e ocupação de espaços: Nos últimos 5 anos, ocorreu a afectação de recursos humanos do Madeira Tecnopolo, SA a outros serviços e entidades, nomeadamente ao Madeira Interactive Technologies Institute e ARDITI. Actualmente, a sociedade tem onze colaboradores, sendo três affectos ao departamento de feiras e congressos, quatro affectos ao departamento de manutenção e segurança do edifício e do Parque de Ciência e Tecnologia, dois ao departamento financeiro e dois ao departamento de secretariado.

No ano 2022, foi possível registar a ocupação a 90% dos espaços disponíveis para escritórios. Também no piso 0, a ampliação de espaços cedidos ao OOM (Observatório Oceânico da Madeira) integrado na ARDITI a que se juntam duas outras entidades privadas, permitiram uma taxa de 90% na ocupação de espaços.

4 – Contencioso Judicial:

Foi finalizado o pagamento em prestações da dívida à empresa de limpeza ISS e à empresa de jardinagem Terras do Campo. Todas as entidades de que o Madeira Tecnopolo, SA é credor, foram contactadas para saldar as suas dívidas. Muitas já tinham a sua actividade extinta. Foi atribuída a um escritório de advogados a incumbência de litigar judicialmente todas estas dívidas de clientes, desde que susceptíveis de ressarcimento.

5 – A racionalização de gastos, permitiu igualmente rever com sucesso os serviços prestados por diferentes entidades.

6 - A recuperação do mercado de feiras, congressos e outros eventos foi afectada pela pandemia.

Nesta área e para o futuro, tendo em conta a realidade do mercado e as deficiências em termos de segurança dos espaços para a realização dos eventos, implicando um processo de aprovação, caso a caso, dos eventos a realizar, é imperioso que os accionistas ponderem a realização das obras actualmente exigidas para o licenciamento dos espaços, tendo em atenção o potencial de crescimento do sector.

Não obstante os espaços para este tipo de eventos apresentarem na Madeira baixas taxas de ocupação, a realidade do mercado aponta para o facto de muitos destes espaços alternativos se apresentarem sem custos para os organizadores dos eventos, caso os mesmos privilegiem a utilização de quartos nos hotéis contíguos aos referidos espaços.

É ainda de referir que, o Governo Regional e os seus organismos contactaram o Madeira Tecnopolo, SA, para a obtenção de propostas para realização das suas iniciativas.

No ano 2022, o Pavilhão do CIFEC deixou de ser utilizado como centro de vacinação do Funchal

Seguidamente são apresentados os principais dados da atividade ao longo do ano de 2022:

Participantes 5850	Visitantes:	26500	Nº Total de Eventos 2022:		16
Tipologia					
Congresso	1	Concertos	0	Outro	2
Feira	3	Cursos	0		
Trade Show	1	Seminários	3		
Cultur./Despor.	5	Reuniões	1		
Nº dias					
SALAS:		Realização	Montagem/Desmontagem		
Pavilhão A		89	47		
Pavilhão B		0	0		
Ursa Maior		12	16		
Ursa Menor		365	0		
Origem do Evento (Organizador)					
Regional					14
Nacional					1
Intenacional					1

Tipologia de Eventos 2022	
Congressos	6%
Feiras	19%
Trade Show	6%
Culturais/Desportivos	31%
Concertos	0%
Cursos	0%
Seminários	19%
Reuniões	6%
Outros	13%
Total	100%

	Ocupação das salas*		
	Realização	Montagem/Desmontagem	Total
Pavilhão A	24%	13%	37%
Pavilhão B	0%	0%	0%
Ursa Maior	3%	4%	8%
Ursa Menor	100%	0%	100%
Média Total	32%	4%	36%

* Com base em 365 dias.

Importa notar a intenção do acionista RAM de proceder à fusão, por incorporação, da sociedade com a PATRIRAM, conforme a Resolução Conselho de Governo n.º 1058/2021, de 21 de outubro

IV – PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Madeira Tecnopolo, S.A. encerrou o exercício de 2022 com um resultado líquido de 248.669,87 euros, consequência, sobretudo, do grande esforço de equilíbrio financeiro realizado, registando-se nova melhoria face a 2021, tal como vem sucedendo desde 2019.

Importa relevar que, depois de 15 (quinze) anos de resultados negativos – desde 2004 até 2018 – a partir do ano 2019, o Madeira Tecnopolo, SA passou a ter resultados líquidos positivos, inclusivamente durante a pandemia COVID, designadamente nos anos 2020 e 2021.

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação de resultados.

Nessas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o resultado acima referido seja transferido para reservas legais.

Tendo em conta que o capital próprio é inferior a metade do capital social, conforme o disposto na lei, nomeadamente no art.º 35.º do CSC, o Conselho de Administração sugere aos accionistas que, nos termos da lei, sejam tomadas as medidas necessárias e convenientes por forma a ser regularizada a situação.

Assim, com referência a 31 de Dezembro de 2022, as contas foram preparadas com base na óptica da continuidade das operações, principio que o Conselho de Administração acredita não se encontrar em causa, necessitando a empresa, contudo, do suporte financeiro dos seus accionistas e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos para apoio da sua actividade.

Funchal, 30 de Março de 2023





RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		530 705,24	548 118,63
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos		804,18	
Outros activos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		531 509,42	548 118,63
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		309 575,51	265 494,80
Estado e outros entes públicos		72 497,55	72 497,55
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		132,01	178,24
Diferimentos		1 386,80	5 762,29
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		528 391,92	329 127,65
		911 983,79	673 060,53
Total do ativo		1 443 493,21	1 221 179,16
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		4 180 447,35	4 180 447,35
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio		12 214 447,56	
Prémios de emissão			
Reservas		625 364,73	151 987,23
Resultados transitados		-15 965 700,15	-15 965 700,15
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido			
Resultado líquido do período		248 669,87	473 377,50
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		1 303 229,36	-11 159 888,07
Total do património líquido		1 303 229,36	-11 159 888,07
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			12 214 447,56
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		44,25	189,30
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar		10 484,82	10 500,58
		10 529,07	12 225 137,44
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores		45 461,79	48 399,66



MADEIRATECNOPOLO
pólo científico e tecnológico da madeira

SNC-AP

BALANÇO

APÓS APURAMENTOS 2022

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		90,00	120,00
Estado e outros entes públicos		29 304,18	56 191,77
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar		54 878,81	50 100,28
Diferimentos			1 118,08
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total do passivo		129 734,78	155 929,79
Total do património líquido e do passivo		140 263,85	12 381 067,23
-----		1 443 493,21	1 221 179,16
Contas com movimentos ausentes ou duplicadas na configuração deste mapa :			
2.4.3.5			



MADEIRATECNOPOLO
pólo científico e tecnológico da madeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2022

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões		622 827,85	970 090,37
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos			
Fornecimentos e serviços externos		-175 256,64	-178 145,74
Gastos com o pessoal		-369 437,74	-356 184,95
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		215 191,52	81 088,43
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		3 139,28	14 605,32
Outros gastos		-15 509,27	-22 568,18
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		280 955,00	508 885,25
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-20 571,45	-21 147,18
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		260 383,55	487 738,07
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-231,30	-479,35
Resultado antes de impostos		260 152,25	487 258,72
Imposto sobre o rendimento		-11 482,38	-13 881,22
Resultado líquido do período		248 669,87	473 377,50



MADEIRATECNOPOLO

pólo científico e tecnológico da madeira

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2022

DIVISA: EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE-MÃE										INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
		CAPITAL/PATRIMÓNIO SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÉMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		4.180.447,35				151.987,23	-15.965.700,15					-11.633.265,57		-11.633.265,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Correção de erros materiais														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respectivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido (2)				12.214.447,56		473.377,50						12.687.825,06		12.687.825,06
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)				12.214.447,56		473.377,50					248.669,87	248.669,87		248.669,87
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												12.936.494,93		12.936.494,93
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património														
Subscrições de prémios de emissão														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações (5)														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		4.180.447,35		12.214.447,56		625.364,73	-15.965.700,15				248.669,87	1.303.229,36		1.303.229,36



MADEIRATECNOPOLO
pólo científico e tecnológico da madeira

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2022

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		810 511,77	966 758,57
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-226 140,14	-1 328 471,10
Pagamentos ao pessoal		-216 948,29	-216 157,96
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		42 728,17	59 039,95
	Caixa gerada pelas operações	410 151,51	-518 830,54
Outros recebimentos/pagamentos		-207 034,41	-242 104,38
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	203 117,10	-760 934,92
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-3 852,83	-1 849,23
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	-3 852,83	-1 849,23
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			1 046 460,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		1 046 460,00
Varição de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		199 264,27	283 675,85
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		329 127,65	45 451,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		528 391,92	329 127,64
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		329 127,65	45 451,79
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		329 127,65	45 451,80
De execução orçamental		320 786,20	36 981,66
De operações de tesouraria		8 341,45	8 470,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		528 391,92	329 127,64



MADEIRATECNOPOLO
pólo científico e tecnológico da madeira

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2022

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		528 391,92	329 127,65
De execução orçamental		522 800,51	320 786,20
De operações de tesouraria		5 591,41	8 341,45
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.			

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores expressos em euros, exceto se especificamente referido)

NOTA 1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Empresa Mãe:

Nome: RAM- Região Autónoma da Madeira

A Sociedade Pólo Científico e Tecnológico - Madeira Tecnopolo S.A., é uma Sociedade Anónima constituída em 19 de Agosto de 1997 e o seu objeto social consiste no desenvolvimento, promoção e gestão do Parque Científico e Tecnológico da Madeira, a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, assim como o incremento do desenvolvimento económico, científico e tecnológico na Região Autónoma da Madeira, com sede ao Caminho da Penteada, 9020-105 Funchal, com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 511101570.

NOTA 2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCFR"), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas e o anexo são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios e reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras.

A informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras reporta-se ao período findo a 31 de Dezembro de 2021 e ao ano findo a 31 de Dezembro de 2022.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

NOTA 3- ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCFR

As NCFR não foram adotadas pela primeira vez no exercício corrente.

NOTA 4- PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data da transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até essa data, deduzido das depreciações acumuladas.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e as despesas necessárias à sua preparação até à condição de entrar em funcionamento.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, de acordo com as taxas legalmente estabelecidas, as quais correspondem satisfatoriamente às necessárias para reintegrar os bens durante o seu período de vida útil estimada.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	3-10 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

As vidas úteis e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram nas condições necessárias à sua entrada em funcionamento/utilização. Estes ativos passam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultante da venda ou abate é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate sendo registado na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

ATIVOS INTANGÍVEIS

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

Estudos e projetos	3 anos
Programas de computador	3 anos
Marcas	10 anos

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 11,9% até 25 000,00 e sobre o remanescente à taxa de 14,7% sobre a matéria coletável.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais também é de 12 anos, devido ao enquadramento da Empresa como Pequena Entidade.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, (com exceção do ano 2020 que está limitado a 80%), independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, (se aplicável - decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa), são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subseqüentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subseqüentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante)

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, o tratamento passa a ser o referido no parágrafo anterior.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a Empresa reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de Dezembro de 2022, eventos ocorridos após a data do balanço e sobre condições que existiam à data do balanço, estes eventos são ajustáveis e considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 26

4.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

RECUPERABILIDADE DE SALDOS DEVEDORES DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está

sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Face à atual situação operacional da empresa, existe uma incerteza material quanto à sua continuidade, dependendo a mesma da definição dos seus objetivos estratégicos por parte dos acionistas.

Assim, com referência a 31 de Dezembro de 2022 as contas foram preparadas com base na ótica da continuidade das operações, princípio que o Conselho de Administração acredita não se encontrar em causa dependendo, contudo, a ocorrência de tal facto depender do suporte financeiro dos seus acionistas e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos para apoio da sua atividade.

A Empresa foi, no início de 2015, inserida no perímetro do orçamento Regional. Assim, as garantias dos credores encontram - se mais salvaguardadas.

4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

NOTA 5- FLUXOS DE CAIXA

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e depósitos bancários:

Rubrica	31.12.2022	31.12.2021
Numerário	1.163,66	1.224,59
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	527.228,26	327.903,06
Disponibilidades Constantes do Balanço	528.391,92	329.127,65

NOTA 6- PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os saldos de partes relacionadas apresentavam-se como segue:

VALORES ATIVOS

Partes relacionadas	Saldos devedores	
	31.12.2022	31.12.2021
Clientes		
GR-Secretaria Regional de educação e Recursos Humanos	0,00	0,00

RELATÓRIO E CONTAS 2022

AREAM- Agência Regional Energia Ambiente RAM Associação Jovens Empresário da madeira	0,00	0,00
---	------	------

VALORES PASSIVOS

Partes relacionadas	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores		
Uma- Universidade da Madeira	0,00	0,00

As Remunerações dos órgãos sociais e de gestão da empresa, ascenderam no período de 2022 a 71.906,62 €.

NOTA 7- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 as transações do ano com as partes relacionadas apresentavam-se conforme o quadro seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Prestações Serviços		
GR-Secretaria Regional de educação	0	0,00
ARDITI	168.235,60	101.900,07
MITI	0,00	36.000,00
D. Reg. Património Gestão S. Part.	100.800,00	100.800,00
ÁREAM-Agência Energia A. RAM	31.851,66	16.509,89

NOTA 8- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os ativos fixos tangíveis da Entidade decompõem-se como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
Valor Bruto		
Edifícios e outras construções	1.900.603,11	1.900.603,11
Equipamento básico	1.749.286,36	1.747.170,75
Equipamento administrativo	608.217,12	607.174,67
Outros ativos fixos tangíveis	869,71	869,71
	4.258.976,30	4.255.818,24
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	20.571,45	21.147,18
Abates no período		0
Depreciação acumulada de períodos anteriores	3.707.699,61	3.686.552,43
	3.728.271,06	3.707.699,61
Valor líquido contabilístico	530.705,24	548.118,63

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2022 os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

	Edifícios outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Out ativos fixos tangíveis	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 01.01.2022	1 900 603,11	1 747 170,75	607 174,67	869,71	4 255 818,24
Aumentos	0,00	2 115,61	1 042,45	0,00	3 158,06
Diminuições/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2022	1 900 603,11	1 749 286,36	608 217,12	869,71	4 258 976,30
Depreciações acumuladas					
Saldo em 01.01.2022	1 353 738,47	1 746 500,56	606 590,87	869,71	3 707 699,61
Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições/Abates	19 249,45	992,03	329,97	0,00	20 571,45
Saldo em 31.12.2022	1 372 987,92	1 747 492,59	606 920,84	869,71	3 728 271,06
Valor líquido em 31.12.2022	527 615,19	1 793,77	1 296,28	0,00	530 705,24

NOTA 9- ATIVOS INTANGÍVEIS

No período findo em 31 de Dezembro de 2022, os ativos fixos intangíveis da Entidade decompõem-se como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
Valor Bruto		
Programas de computadores	290.351,24	290.351,24
Propriedade industrial	8.279,33	8.279,33
Estudos e projetos	11.397,53	11.397,53
	310.028,10	310.028,10
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	0,00	554,87
Correções do período	0,00	0,22
Depreciação acumulada de períodos anteriores	310.028,10	309.473,01
	310.028,10	310.028,10
Valor líquido contabilístico	0,00	0,00

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

	Programa computador	Propriedade Industrial	Total

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Custo de aquisição			
Saldo em 01.01.2022	290.351,24	8.279,33	310.028,10
Saldo em 31.12.2022	290.351,24	8.279,33	310.028,10
Amortizações acumuladas			
Saldo em 01.01.2022	290.351,24	8279,33	310028,10
Aumentos	-		
Correções		-	
Saldo em 31.12.2022	290.351,24	8.279,33	310.028,10
Valor líquido em 31.12.2022	-	-	-

NOTA 10- IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO-DIFERIDOS E CORRENTES

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à 11,9% e 14,7% sobre o lucro tributável.

Nos anos de 2022 e 2021 o imposto corrente contabilizado, no montante de 11482,38 e 13.881,22€ respetivamente, corresponde ao valor estimado do imposto corrente.

NOTA 11- CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
Clientes		
Gerais	309.575,52	265.374,80
Cobrança Duvidosa	308.137,12	523.329,32
	617.712,64	788.704,12
Imparidade acumulada		
Perdas Imparidade do período		
Reversão no Período	215.191,52	107.144,18
Correções		
Perdas por imparidade período anterior	-523.329,32	-630.473,50
	-308.137,12	-523.329,32
Valor líquido contabilístico	309.575,52	265.374,80

NOTA 12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos. A decomposição do saldo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos devedores	Saldos Credores
--	------------------	-----------------

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Rubrica	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre rendimento				
- imposto estimado			11.482,38	13.881,22
- retenções na fonte p/terceiros	72.497,55	72.497,55		3.641,99
- pagamentos por conta				
Retenção na fonte		14,38	3.517,61	
Imposto sobre valor acrescentado			6.457,82	27.000,56
Contribuições Segurança social e out				
-Segurança Social			5.477,42	5.816,52
-Caixa Geral Aposentações			639,84	5.697,57
-ADSE			64,44	118,95
-Subsistemas de saúde				
Planos pagamentos IDE			1.664,67	5.865,86
	72.497,55	72.511,93	29.304,18	56.206,15

NOTA 13- OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica decompõe-se em:

Rubrica	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal	44,25	0,0
Devedores por acréscimos de rendimentos	73,77	
Outros	0	0
Outros devedores		
Fornecedores	0	13.777,99
Outros devedores diversos	58,24	0
	176,26	13.777,99

OUTRAS CONTAS A PAGAR

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Rubrica	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal		0
Fornecedores de Investimento		0,00
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	43492,45	50.100,28
Juros a liquidar		
Outros	11342,11	189,30
Outros credores		
Adiantamentos a projetos		
Cauções		
Outros	10.707,57	23.911,03
Clientes		
	65.542,13	74.200,61

O valor da conta Remunerações a liquidar corresponde ao valor das Férias e Subsídio de férias e respetivos encargos a pagar no ano subsequente.

NOTA 14- DIFERIMENTOS

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO		
Gastos a reconhecer		
Seguros	804,18	234,27
Outros	1.386,80	5.528,02
	2.190,98	5.762,29
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer		
Circo Mariano		0,00
Outros		1.118,08
	0,00	1.118,08

NOTA 15- CAPITAL, RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Informações referentes a 31 de Dezembro de 2022e 2021:

RELATÓRIO E CONTAS 2022

	31.12.2022	31.12.2021
Capital próprio		
Capital realizado	4 180 447,35	4 180 447,35
Reservas legais	625.364,73	151.987,23
Resultados transitados	-15.965.700,15	-15.965.700,15
Outras variações no capital próprio	12.214.447,56	
Resultado líquido do período	248.669,87	473.377,50
Total capital próprio	1.303.229,36	-11.159.888,07

CAPITAL REALIZADO

Em 31 de Dezembro de 2022, o capital social encontra-se representado por 837.765 ações com o valor nominal de quatro euros e noventa e nove cêntimos.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL PESSOAS COLETIVAS

Sócios	Valor da Participação	%
RAM-Região Autónoma da Madeira	3.980.847,35	95,22%
Universidade da Madeira	99.800,00	2,39%
Associação Jovens Empresários da Madeira	99.800,00	2,39%

Outras variações no capital próprio

A variação ocorrida em 2022, face ao ano anterior, é justificada pelo financiamento que decorria com a RAM (Região Autónoma da Madeira), o qual foi convertido em prestações acessórias no presente ano de 2022.

Este movimento foi aprovado em Assembleia Geral, na ata n.º 44 realizada a 28 de Dezembro de 2022.

NOTA 16- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de financiamentos obtidos analisam-se como segue:

Rubrica	31.12.2022	31.12.2021
Não corrente		
Governo Regional da Madeira		12.214.447,56
		12.214.447,56
Corrente		
Suprimentos e outros mútuos		
Governo Regional da Madeira		-
		-
Total	0,00	12.214.447,56

A Região Autónoma da Madeira em 28 de outubro de 2016 assumiu a dívida vinda relativa ao contrato de empréstimo de 4 de fevereiro de 2014 celebrado entre a Entidade e o então Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., hoje Banco Santander Totta, S.A., valor este que era do montante de 12.214.447,56, titulando – a através da celebração de um contrato de mútuo com a Empresa.

O empréstimo assinado com o GRM previa um plano de pagamentos semestrais sem juros até 2021, vencendo -se a 1ª prestação no montante de 1.357.180,84 euros no exercício de 2017, a qual não foi liquidada.

Em 28/12/2022 a Região Autónoma da Madeira, converteu o empréstimo no montante de 12.214.447,56€, titulando por contrato de mútuo, em Prestações Acessórias de Capital.

NOTA 17- FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os fornecedores c/c analisam-se como segue:

Fornecedores	31.12.2022	31.12.2021
EEM	6.538,24	18.074,22
CMF	860,42	
Terras do Campo	1.769,00	5.307,00
ArtofSound- factoring		
Palco Madeira- factoring	17.465,36	17.465,36
Masel	0,00	3.481,99
ArtofSound		
Outros	18.828,78	4.071,09
	45.461,80	48.399,66

NOTA 18- RÉDITO E OUTROS GANHOS

Nos períodos de 2022 e 2021 o detalhe dos réditos e outros ganhos é como segue:

	2022	2021
Prestação de serviços		
Feiras, congressos e outros eventos	1.928,49	0
Edifícios	394.673,48	317.032,33
Outros	226.225,88	653.058,04
Total vendas e serviços prestados	622.827,85	970.090,37
Outros rendimentos e ganhos		
Imputação de subsídios para investimentos		-
Outros	3.139,28	14.605,32
Reversões clientes	215.191,52	81.088,43
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos		0,00
		-
Total rendimentos e ganhos	841.158,65	1.065.784,12

NOTA 19- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos de 2021 e 2020 o detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

Rubrica	2022	2021
Fornecimentos e Serviços externos		
Subcontratos		0,00
Trabalhos especializados	16.861,12	12.748,38
Vigilância	9362,45	0
Honorários	1.540,03	8.522,48
Conservação e reparação	36379,47	39.594,18
Serviços bancários		0,00
Outros serviços especializados	17,00	0,00
Eletricidade	59400,15	52.114,27
Água	7.656,79	8.290,25
Comunicação	3.371,98	5.120,96
Seguros	3.084,78	3.202,96
Limpeza higiene e conforto	33.602,52	30.492,36
Outros	3980,21	18.059,90
	175.256,64	178.145,74

NOTA 20-GASTOS COM PESSOAL

Em 2022 e 2021 os saldos desta rubrica analisam-se como segue:

Rubrica	2022	2021
Gastos com Pessoal		
Remunerações	297.292,78	293.167,58
Encargos	62.470,44	53.911,42
Indemnizações por despedimento		0
Outros	9.674,52	9.105,95
	369.437,74	356.184,95

Comissão executiva: 2

Funcionários: 12

NOTA 21-OUTROS GASTOS

Em 2022 e 2021 os saldos desta rubrica analisam-se como segue:

	2022	2021
Gastos e Perdas		
Impostos e taxas	5,41	125,88
Correções relativas a períodos anteriores		118,82
Quotizações	1.246,99	1.246,99
Multas e penalidades	4.325,59	9.680,82
Dividas incobráveis		
Outros não especificados	9.931,28	10.518,13
Outros gastos de financeiros	231,30	1.365,81
Gastos financiamentos		
Juros e outros encargos financeiros	0.00	15,80
TOTAL GASTOS	15.740,57	23.072,25

NOTA 22- GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Em 2022e 2021 os saldos desta rubrica analisam-se como segue:

	2022	2021
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		
Activos fixos tangíveis	20.571,45	21.147,18
Activos fixos intangíveis	0	0
	20.571,45	21.147,18

NOTA 23- GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro de 2022 não existem quaisquer garantias prestadas.

NOTA 24- DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

DIVIDAS AO ESTADO

Em 31/12/2022 a empresa tem a sua situação tributaria regularizada com a Autoridade Tributária.

Em 31/12/2022 a empresa tem a sua situação tributaria regularizada com o Instituto de Segurança Social da Madeira.

HONORÁRIOS PELO SERVIÇO DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Os honorários referentes ao período findo a 31 de Dezembro de 2022, pelos serviços de revisão legal de contas foi de 3.800,00€.

NOTA 25- PERSPETIVAS FUTURAS

Face as Prestações Acessórias de Capital do Governo Regional da RAM, a entidade encontra-se apta para perseguir a sua atividade e a data 31/12/2022 apresenta Capital próprio positivo.

NOTA 26- ACONTECIMENTOS APÓS DATA BALANÇO

Não existem eventos após a data do Balanço.

NOTA 27- DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 30 de Março de 2023.

Foram a mesma data elaboradas as Demonstrações financeiras em SNC-AP.

Funchal, 30 de Março de 2023

Presidente do Conselho de Administração

(Luís Pedro Aguiar Da Mota)

Vice-presidente do Conselho de Administração

(Horácio Miranda de Ornelas Bento Gouveia)

Vice-presidente do conselho Administração

(Gilberto Santos de Abreu Tomás)

O Contabilista Certificado N.º 46390

(Manuel Batista)
Manuel Batista
Contabilista Certificado
N. 46390



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.443.537,47 euros e um total de capital próprio de 1.303.229,36 euros, incluindo um resultado líquido de 248.669,87 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Pequenas Entidades, adotadas em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade apresenta, nas suas demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2022, um valor de 527.308,09 euros relativo ao edifício “Esplanada Jardim” para o qual não obtivemos informação suficiente para concluirmos acerca da sua recuperabilidade, podendo este ativo estar com perda de imparidade, desta forma, não nos é possível concluir acerca de possíveis ajustamentos que possam ser necessários efetuar nas demonstrações financeiras da Entidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião acima expressa, importa referir que, evidenciando as contas da Entidade a perda de mais de metade do capital social e tendo em conta o disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, a aplicação do princípio da continuidade na preparação das referidas demonstrações financeiras pressupõe a recomposição dos capitais próprios da Entidade no decurso do período de 2023.

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

Ênfase

Conforme divulgado no ponto 1.1 do relatório de gestão, no final do ano 2022 foi aprovada a conversão do mútuo da Região Autónoma da Madeira (RAM) no valor de 12.214.447,56 euros em prestações acessórias, operação necessária para garantir a viabilidade financeira da operação de fusão prevista com a Entidade PATRIRAM - Titularidade e Gestão de Património Público Regional, S.A..

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Pequenas Entidades, adotadas em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

SEDE

DELEGAÇÃO



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 18 de abril de 2023

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Representada por:

Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265

Registado na CMVM com o n.º: 20160876

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da

POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A.

Introdução

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Entidade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o Parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração da **POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A.**, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidade do órgão de fiscalização

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos considerados necessários, e descritos abaixo, para verificar o cumprimento das disposições constantes no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Para tanto, o referido trabalho incluiu, com a periodicidade e a extensão consideradas necessárias e aplicáveis, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento da evolução da atividade e da gestão da Entidade, através dos contactos mantidos com o Conselho de Administração da Entidade e com os demais serviços, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- Reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas acompanhando o desempenho da sua função;
- Verificação e acompanhamento do princípio da independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nos termos legais, em especial, verificando a adequação da prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria;
- Averiguação da observância da lei e do cumprimento do contrato e estatutos da Entidade;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da Entidade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- Verificação da regularidade dos seus registos contabilísticos, documentos que lhe servem de suporte;
- Acompanhamento do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas;
- Exame às demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.443.537,47 euros e um total de capital próprio de 1.303.229,36 euros, incluindo um resultado líquido de 248.669,87 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Pequenas Entidades, adotadas em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística;

- Procedemos à análise do Relatório de Gestão Consolidado do exercício em referência preparado pelo Conselho de Administração e da respetiva proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Parecer

Em face do exposto, tendo em consideração o trabalho por nós desenvolvido, as informações recebidas do Conselho de Administração e dos demais serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, exprimimos a nossa concordância com os documentos de prestação de contas que nos foram apresentados, pelo que somos de parecer que a Assembleia Geral deve apreciar e poderá aprovar:

- o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022; e
- a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração, aos diversos serviços da Entidade, à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e à sua equipa o nosso apreço pela constante colaboração, que simplificou de forma significativa o exercício das funções do Conselho Fiscal.

Funchal, 18 de abril de 2023

Elvio Manuel Vasconcelos da Encarnação -
Presidente

Cascais, Pêga Magro & Roue. SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265